

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

A ADMINISTRAÇÃO DO ENGENHO DE SANTANA DOS ILHÉUS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII: “DOS DESTERRADOS, POUCOS SE LEMBRÃO”

*The administration of Engenho de Santana dos Ilhéus in the first decades of
the 18th century: "Of the exiles, few remember"*

Paulo de Assunção¹

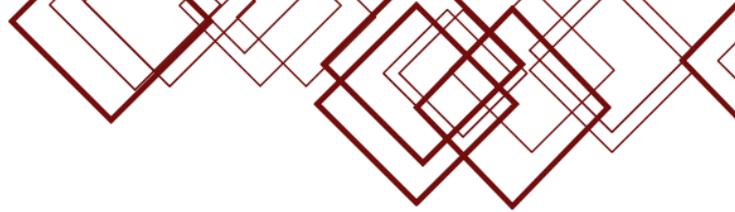
Resumo: O artigo tem como objetivo analisar aspectos da administração do Engenho de Santana dos Ilhéus, enfatizando as adversidades advindas da conjuntura econômica da primeira metade do século XVIII, bem como os impasses que envolviam a gestão da propriedade. Os engenhos jesuíticos eram administrados para que tivessem a maior lucratividade possível. Contudo, devido às secas, à falta de recursos financeiros, à rebeldia dos escravos e aos ataques de indígenas, gerir as propriedades se tornava um verdadeiro desafio, exigindo dos administradores qualidades e capacidades que nem sempre possuíam.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, engenhos, escravatura, açúcar.

Abstract: The article aims to analyze aspects of the administration of Engenho de Santana dos Ilhéus, emphasizing the adversities arising from the economic situation of the first half of the 18th century, as well as the impasses that involved the management of the property. The Jesuit farms were managed to have profitability. However, due to the droughts, the lack of financial resources, the rebellion of the slaves and the attacks of the indigenous people, managing the properties became a real challenge, demanding qualities and abilities from administrators that they did not always possess.

Keywords: Society of Jesus, mills, slavery, sugar.

¹ Paulo de Assunção é Doutor em História Ibérica (École des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS-Paris); Doutor em História Econômica e Social (Universidade Nova de Lisboa) e Doutor em História Social pela (Universidade de São Paulo). É pós-doutor em Ciência da Religião (Universidade Mackenzie) e História da Educação (Universidade Estadual de Maringá). É autor de diversos livros e artigos. Atualmente é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e investigador integrado do Centro de Estudos Clássicos (CEC) da Universidade de Lisboa. ORCID 0000-0003-4799-4957B. E-mail: assuncao@prestonet.com.br.



No começo do século XVIII a coroa portuguesa redobra a atenção em relação a colônia brasileira. Nesse momento se intensifica a exploração do ouro na região da capitania de São Paulo. Os registros sobre a localização de veios auríferos sinalizavam para um momento promissor. A situação na colônia não era das mais calmas, o governador geral, d. Lourenço de Almada, que governou entre 1710 e 1711, teve que enfrentar a Guerra dos Mascates, que ocorre nesse período, quando se confrontaram senhores de terras de engenhos pernambucanos e os comerciantes reinóis, devido à crise da economia açucareira. Além disso, o governador teve que enfrentar o ataque do corsário francês, Duguay-Trouin, na cidade do Rio de Janeiro. (MELLO, 2003)

As oscilações do mercado açucareiro foram grandes, vindo a impactar a produção que passou por sucessivas dificuldades. (SCHWARTZ, 1988, p. 147) Como poderemos observar, nas cartas enviadas pelos administradores do Engenho de Santana dos Ilhéus, a produção açucareira diminui a partir de 1720 e sofre com o contexto inflacionário que se instaurou na colônia. Apesar de algumas safras permitirem um resultado positivo, a retomada da produção continuava dependente do mercado consumidor europeu, que cada vez mais passa a se abastecer com o açúcar antilhano. (SCHWARTZ, 1988, p. 166) Como bem observou Vera Ferlini, é preciso considerar o movimento de reordenação do mercado, que estava em curso:

“O problema não esteve ligado diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII. A própria produção antilhana incrementava-se e abastecia os mercados metropolitanos, mas, durante muito tempo, o açúcar do Brasil, de melhor qualidade, manteria seus consumidores, o que fez sentir principalmente a partir de 1670, foi o declínio inexorável dos preços”. (1988, pp. 70-71)

A Vila de Ilhéus se encontrava com a população agitada nas primeiras décadas do século XVIII. Pairava a notícia de estarem nas adjacências oito naus de guerra francesas que poderiam saquear os moradores. D. Lourenço de Almada enviou ordens ao coronel Garcia de Ávila Pereira para que tomasse medidas para guardar os portos e vigiar os mares. Caso o ataque se concretizasse, este deveria ser imediatamente comunicado.² Em setembro de 1711, os franceses invadiram a região do Rio de Janeiro, demonstrando possuir grande poder de fogo, com embarcações comandadas pelo corsário René Duguay-Trouin. Os recursos lusitanos para defesa eram reduzidos. A cidade foi atacada e exigido alto resgate, o que equivalia a dois milhões de libras francesas. O montante foi pago pelo governador, e os invasores deixaram a cidade do Rio de Janeiro, em 13 de novembro. (DUGUAY-TROUIN, 2002)

² *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* - correspondência dos governadores gerais 1705-1711. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, vol. LXI, p. 276.



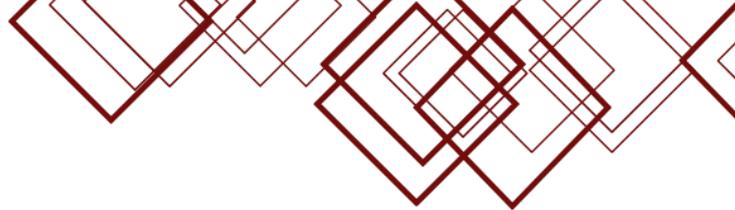
Neste mesmo ano, o jesuíta André João Antonil publicou o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Nesta obra, o religioso fornecia informações fundamentais sobre a produção açucareira, a exploração do ouro e outros cultivos presentes nas terras coloniais americanas. O livro foi destruído logo em seguida a sua impressão, por ter sido considerado pelo rei, d. João V, como contrária aos interesses portugueses, na medida em que revela algumas particularidades sobre os recursos existentes nas terras tropicais. No que dizia respeito à dinâmica da produção do açúcar, Antonil tomou como referência o Engenho de Sergipe do Conde, o Engenho de Santana dos Ilhéus, bem como outras propriedades do recôncavo baiano pertencentes à Companhia de Jesus. (ANTONIL, 1982, pp. 43-45)

Sucedendo d. Lourenço de Almada, foi nomeado para o cargo de governador geral Pedro de Vasconcelos de Sousa que conduziu a administração da colônia entre 1711 e 1714, aproveitando o momento de euforia devido à exploração aurífera e a intensificação das atividades comerciais. A fim de evitar os ataques de corsários, foi responsável por instaurar um sistema de fiscalização da costa, implantando o imposto de dez por cento sobre o valor das importações, criado pela coroa para auxiliar na defesa do território. (SERRÃO e MARQUES, 1991, p. 174) Nesse momento as propriedades produtoras de açúcar passavam por reveses que impactavam o sistema produtivo.

91

No movimento de ocupação das terras coloniais, Mem de Sá, no século XVI, estabeleceu na região atualmente designada de Ilhéus uma propriedade que ficaria conhecida como Engenho de Santana, localizado as margens do rio do mesmo nome. O local era afamado pela fertilidade das terras, além de possuir fontes de água e madeira. Esta composição era fundamental para que as fazendas pudessem cultivar cana e produzir açúcar. (FERLINI, 1988, p. 8) A localização estratégica facilitava o escoamento da produção até o porto de Ilhéus, para em seguida ser transportado para Salvador e dali seguir para Portugal. Como foi normal, os primeiros engenhos tiveram uma dimensão reduzida, sendo a maioria deles de trapiche, ou seja, movidos por cavalos ou bois. Após a morte de Mem de Sá, em 1580, o Engenho de Santana foi alugado para Jorge Francisco Tomas, passando posteriormente a administração ser comandada pelo conde de Linhares, d. Fernando de Noronha, genro de Mem de Sá e marido de d. Filipa de Sá. (SCHWARTZ, 1988, p. 36) A Companhia de Jesus, por doação de d. Filipa de Sá, se tornou proprietária do Engenho de Santana de Ilhéus.

Nos idos de 1712, o Pe. Manoel Figueiredo estava a frente da administração do Engenho de Santana dos Ilhéus. Em junho, ele escreveu ao padre procurador Bento de Oliveira, acusando o recebimento de uma missiva enviada por este. Também recebera uma carta do padre



procurador João Alves e parte da correspondência enviada pelo padre vice provincial João Pereira. Enfatizava que recebera apenas um pedaço da mesma. Em tom de lamento destacava: “Dos desterrados, poucos se lembrão”.³ Registrava que os três últimos anos tinham sido de calamidades na região de Ilhéus. A chuva era tanta que poderia se contar “nelles os dias que ouve de sol; por cuja cauza tem sido *muito* ruins as novidades e poucas”. Em Salvador, pelo contrário, a seca preponderava e não havia água nas fontes para abastecer a população. A despeito dos problemas, o Pe. Manoel de Figueiredo remetia 30 caixas de açúcar branco (parte produzida naquela safra e as demais do ano anterior), bem como as contas referente à produção do Engenho de Santana, pontuando que os recursos obtidos eram poucos e que o ano tinha sido fraco. Argumentava que a propriedade poderia dar mais lucro, se “occupasse a fabrica, *que* tem em outras lavouras, *que* não fosse Assucar, *para que* ja não tem substancia, e por isso são ruinz, e dão *muito* trabalho e gasto em se fazerem, *que* mais custa a fazer huma arroba de ruim assucar, *que* cinco de bom”. Além disso, outro problema a ser enfrentado era os tapuias, que faziam grandes estragos nos canaviais, já que o Engenho era um dos poucos que ainda possuía plantação de cana-de-açúcar. Todavia, preferia não alterar nada, para que não fosse acusado de querer fazer mudanças em tudo. Por esta razão, aguardava que os padres superiores definissem qual o modo de proceder seria melhor e mais conveniente para a Companhia de Jesus. Pairava dúvida sobre o futuro da propriedade, conjecturando “ *que* eu não sei, *que* emolumentos ella possa ter delle na forma em que esta, com tantos gastos, e tão poucos lucros; e ainda *para* hir assim he necessario tirallo, athe da boca”. Junto com a missiva, o Pe. Manoel de Figueiredo enviava um rol das coisas que eram necessárias. Remetia também um par de “rosários de coco”, que iriam na segunda via, que fora feita a pressa, para que a frota não partisse sem ela. Cansado da lida no engenho, o Pe. Manoel de Figueiredo solicitava que o Pe. Bento de Oliveira o ajudasse a pedir um religioso para substituí-lo, afirmando: “como o meo talento he pouco, *para* estas fabricas, e lidas, e ajudado da pouca saude que ja tenho, sente damnificação essa Igreja”.⁴

Quase três meses depois, em 2 de setembro, o Pe. Manoel de Figueiredo escreveu novamente para o Pe. Bento de Oliveira, agradecendo o cuidado que este tinha com os “desterrados”, ou seja, os religiosos que trabalhavam no Engenho de Santana. Acusava o recebimento de barris de presuntos, paios e queijos, que apesar de terem sido embarcados no reino há dois anos, ainda apresentavam no “cheyro, e na côr o bom calibre, de *que* erão”. O

³ Arquivo Nacional Torre do Tombo - Cartório Jesuítico (CJ), maço 71, no. 96.

⁴ CJ, maço 71, no. 96.



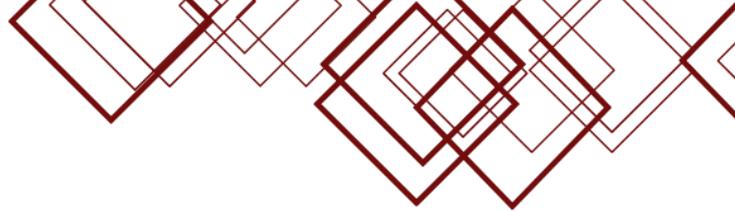
único item que não chegara foi o barril de aguardente, que segundo lhe fora relatado sofrera avarias no decorrer da viagem.⁵

O Pe. Manoel de Figueiredo registrava a chegada ao Engenho do companheiro, o Ir. Pedro da Cunha. Em tom de desconfiança dizia que não sabia se este se daria bem com a lida do engenho, ressaltando que: “pello *que* tem mostrado nestes tres dias, parece servir mais *para* a corte, *que para* estes certões”. No escasso tempo em que ali estava, dizia o Pe. Figueiredo, ele tinha: “mais *conhecimento* e conhecidos, do *que* eu em 11 annos; não sei se será assim das suas obrigações no engenho, ou se dará (como creyo) mais desconsoações, e trabalhos ao pobre, *que* aqui estiver”. A fácil interação devia-se ao fato do Ir. Pedro da Cunha ter muitos familiares na região. Segundo o Pe. Figueiredo, não havia quase “*Senhor de Engenho*, e Mercador nesta *Bahia*, nem Dezembargador nessa cidade, *que* não seja seo parente; como se unirá tanta fidalguia com a humildade destes pobres captivos?” Alimentava a esperança também que em breve enviassem de Portugal um sucessor para ele, que já não aguentava mais o “desterro” em que vivia.⁶

O Pe. Figueiredo lamentava a falta do Ir. João Dias pelo zelo que este demonstrava para com a fazenda e no tratamento dos enfermos. Este religioso era de suma importância, pois não havia na terra médicos, cirurgiões ou boticários. Esta habilidade fora o motivo pelo qual ele tinha solicitado ao Pe. João Pereira, que concedesse a licença para que o Ir. João Dias permanecesse no Engenho até que ele tivesse um sucessor. Contudo, isto não veio a ocorrer. Em relação à produção de açúcar, o Pe. Manoel de Figueiredo dizia que o rendimento era pequeno e que tinha encaminhado para Joseph de Azevedo vinte e uma caixas de açúcar para embarcar para o reino. Também havia remetido uma caixa de açúcar branco e cinco de açúcar mascavado para que este vendesse na Bahia, a fim de cobrir os gastos com a safra. O religioso destacava que as despesas tinham sido elevadas para produzir açúcar. O tempo dispendido no fabrico do mesmo foi maior do que normalmente acontecia no passado, o que exigiu o dobro de lenhas e cobres. A variação climática era o grande algoz, pois durante três anos ocorreu invernações, e agora o sol era tão intenso e não havia água para fazer a safra, por decorrência isto gerava um rendimento reduzido. Conforme tivera notícias, o Pe. Luís Veloso discordara da proposta feita por ele, no que dizia respeito à mudança das lavouras do Engenho de Santana. Confessava desconhecer o motivo que levava o Pe. Veloso a dar tal parecer. Segundo ele, a sua

⁵ *CJ*, maço 71, no. 97, fl. 1.

⁶ *CJ*, maço 71, no. 97, fl. 1.



posição fora de não deixar de todo de cultivar a cana e produzir açúcar, enfim o assunto ficava pendente. O Pe. Manoel de Figueiredo afirmava que seguiria as orientações de produzir açúcar mascavado, não havendo diretriz em contrário, assim procederia para as próximas safras.⁷ Enviava num barril farinha para Portugal, conforme haviam solicitado. Informava que remetia vinte e seis couçoeiras de aderno e havia outras, já lavradas, que faltavam serrar, mas estas não estavam secas para serem enviadas naquele momento. Elas iriam na próxima monção. Relatava que os corsários franceses tinham:

“feito grandes extorsões, nesta costa, e dado grandes perdas; e nós entramos tambem nellas porque nós apanharão huma lanchinha, que tinha sahido a pescar, e nos levarão - 7 - negros, *que* nella hião: hum, porem, se lhe botou ao mar de noite, e nadando Legoas, chegou a terra; os outros levarão consigo; e como isto succedeo em Janeiro passado, tempo, em que estão tratadas as treguas”.⁸

O Pe. Manoel de Figueiredo atuava junto as instâncias de poder local para que os corsários devolvessem os escravos. Contudo, sabia que os piratas não respeitavam nenhum tratado e continuavam a agir conforme lhes interessava, sem terem no peito nenhuma caridade. Além da perda dos braços para a pesca, lamentava que três deles eram casados e tinham deixado mulheres e filhos. Complementando a sua missiva, no dia 17 de setembro, o religioso relatou que a sumaca do engenho havia saído com caixas de açúcar para para a Bahia, e que de lá seguiriam para o reino. Entretanto, um grande temporal promoveu danos na embarcação e onze caixas de açúcar foram perdidas, restando algumas que retornaram para Ilhéus, a fim de se verificar o que era possível para se aproveitar.⁹

Em 14 de outubro de 1714, d. Pedro de Vasconcelos e Sousa transmitiu o cargo de governador geral para d. Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque, marquês de Angeja, que assumiu o cargo como vice-rei e governador geral de mar e terra com intendência e superioridade em todas as capitanias. Este teve que enfrentar levantes na cidade de Salvador, e os impasses advindos da cobrança de impostos imposta pelo seu antecessor. A fim de dar encaminhamento ao Tratado de Utreque (1713), ele enviou Manuel Gomes Barbosa, em 1716, para povoar a região da colônia do Sacramento. (SILVA; FARIA; MIRANDA, 2014) D. Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque, ao retornar a Portugal em 1718, deixou as minas de ouro em franca exploração. Para substituí-lo foi designado Sancho de Faro e Sousa, conde de Vimieiro, que ocupou o cargo de governador geral de 1718 a 1719. A sua morte fez com que uma Junta Governativa provisória assumisse o governo. Esta junta era formada pelo jesuíta

⁷ *CJ*, maço 71, no. 97, fl. 1v.

⁸ *CJ*, maço 71, no. 97, fl. 2.

⁹ *CJ*, maço 71, no. 97, fl. 2v.



Sebastião Monteiro da Vide, pelo jurista Caetano de Brito e Figueiredo, e João de Araújo Azevedo, os quais governaram até 23 de novembro de 1720. Na sequência administrou a colônia, por um longo período (1720-1735), o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, conde de Sabugosa que teve que enfrentar problemas advindos das secas e o desabastecimento de muitas regiões. Navios corsários visitavam o litoral brasileiro e impunham inúmeras perdas a população, causando prejuízos ao comércio. A fim de minimizar a carência de gêneros alimentícios, estimulou a atividade agrícola, promovendo a fundação de vilas, além de combater os índios hostis. (MAXWELL, 1999)

A década de 1720 é marcada pela queda de preços e o aumento dos queixumes dos senhores de engenho. O número de falências cresceu e a produção açucareira diminuiu. Por esta razão é que Antonil mencionava que uma das poucas propriedades que ainda plantava canas em Ilhéus era o Engenho de Santana. A falta de dinheiro impedia a aquisição de novos escravos, que morriam devido aos maus tratos que recebiam. No decorrer da década de 1720 se dá a descoberta das minas de diamantes no vale de São Francisco, fazendo com que um êxodo populacional fosse intenso para esta região. Tal *boom* aurífero se faria refletir na dinâmica da produção açucareira. (SCHWARTZ, 1988, p. 167)

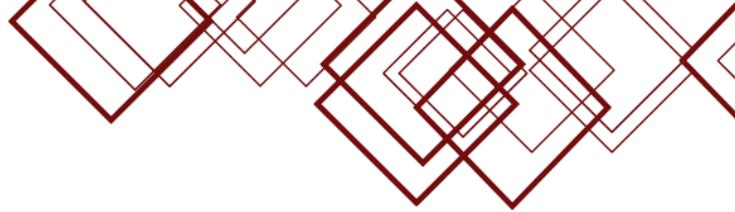
95

Em 8 de abril de 1728, em missiva ao Ir. André da Silva que se encontrava em Portugal, o Pe. Luiz Velloso advertia que dos Ilhéus não seguia grande coisa de açúcar devido à seca na região. O pouco que seria remetido não chegaria para pagar as despesas do fornecimento que foi adquirido para o Engenho.¹⁰ O Pe. Luís Veloso, em 30 de agosto, respondeu ao Pe. Simão Esteves que não era possível ir ao Engenho de Santana, como fora ordenado. O motivo era que o regime das monções faria com que ele ficasse fora do Engenho de Sergipe do Conde, por seis meses. Isto era inviável, já que não podia deixar, se quer, quinze dias a propriedade. Pelo que tinha conhecimento, o Pe. Manoel de Figueiredo era muito diligente na condução da propriedade, porém as terras não o ajudavam. O único inconveniente era que o Pe. Figueiredo abrigava um irmão de sangue com sua família. O estranho era que este possuía terras que eram beneficiadas pelo Pe. Figueiredo, o que acabava causando prejuízo aos cofres do Colégio de Santo Antônio.¹¹

No ano de 1729 para 1730, um religioso informava o rol de produtos a serem enviados de Lisboa para o Engenho de Santana. Solicitava-se o envio de farinha, biscoito, azeite, vinho,

¹⁰ *CJ*, maço 70, no. 2, fl. 1v.

¹¹ *CJ*, maço 71, no. 101.



aguardente, vinagre, bacalhau, sardinhas, barricas de breu e sebo, estopa e de linho, além de peças de raxeta, pano de serra etc. Para o fabrico do açúcar era preciso aço de Milão, chamado de Francolino, que era utilizado para a feitura de calços e mancais, quintais de ferro e peneira.¹² Estas eram as mercadorias que deveria ser paga com parte do açúcar produzido.

Em Ilhéus, nos idos de 1730, a população estava sobressaltada devido aos ataques de gentio bárbaro nos distritos dos rios de Una, Poxi e Patipe.¹³ Apesar do temor, no Engenho de Santana tudo caminhava bem, conforme indica o Ir. Matheus de Souza, que tinha recebido carta do Pe. Pedro Teixeira na qual comunicava que todos estavam bem.¹⁴

Em maio de 1731, o Pe. Manoel Figueiredo, que estava prestes a deixar a administração do Engenho de Santana, passou uma temporada no Engenho de Sergipe do Conde, indo depois para Salvador, onde embarcaria para Lisboa. Este religioso foi aconselhando pelo Pe. Luís Veloso para que pudesse fazer a viagem de retorno ao reino como capelão, assim escusava-se de pagar os gastos com frete, alimentação, além do tratamento ser melhor, ponderando que o tempo não estava para gastos.¹⁵

Em 7 de agosto, a administração do Engenho de Santana efetivamente passou do Pe. Manoel de Figueiredo para o Pe. Pedro Teixeira. Na ocasião foi realizado um levantamento detalhado do que havia na propriedade pelo Pe. Pedro Teixeira, que registrou tudo e comunicou aos seus superiores, em 30 de junho de 1731. O engenho, em agosto de 1730, encontrava-se em véspera de botar a moer, contudo, o Pe. Manoel de Figueiredo não tinha a intenção de fazer correr a safra, segundo informa o Pe. Pedro Teixeira.¹⁶ Para este, a situação da propriedade era lastimável já que muitos equipamentos estavam velhos e faltavam instrumentos. A descrição que realiza é a seguinte:

“as moendas logo começarão a cahir-lhe os dentes, as fornalhas os aros das bocas, as tachas a furar-se e a lenha bem pouca, que a quarta semana foi necessaria parar, o Engenho duas semanas, para a fazer, seja pelo amor de Deus as amofinações, que me cauzou esta çafra”.¹⁷

Como é possível notar ele se aventurou a dar encaminhamento à produção de açúcar, apesar das dificuldades encontradas. Na sequência, ele realiza a descrição da propriedade, começando pela capela erguida em devoção a Sant'Ana, que era “sufficientemente ornada, mas

¹² *CJ*, maço 54, no. 21.

¹³ “Ordem que levou o Capitão da Conquista do Gentio bárbaro, José Duarte Pereira”, 26.01.1733. In: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1947, vol. LXXV, pp. 133-134.

¹⁴ *CJ*, maço 70, no. 390.

¹⁵ *CJ*, maço 68, no. 346.

¹⁶ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 1.

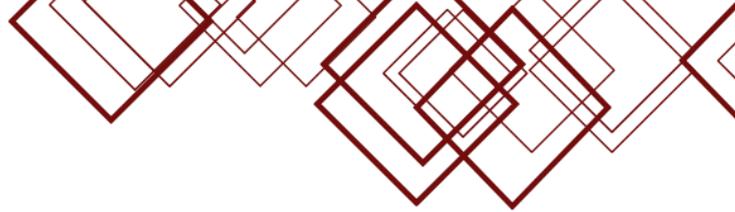
¹⁷ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 1.



necessita huma porta nova e concerto o alpendre, que esta vindo ao chão, e calçada por parte do Rio, que huma chea a descalçou, necessita precisamente hum missal”. O engenho tinha várias casas de moradas, que apesar de possuírem capacidade para ter muitos cômodos, tinha apenas quatro cubículos. Faltava uma casa para guarda da farinha e de arroz e também um espaço para confinamento de negros, quanto isto fosse necessário. Por este motivo era que “dissimulão muitos deffeytos nos escravos, porque prendendoos fogem da prissão por não a haver capaz”. As moradas estavam “pouco limpas”, como também um armazém onde se recolhia algumas coisas “de molhados”. Conforme tivera oportunidade de constatar, desde que o Pe. Luís Veloso tinha partido, a porta do armazém de molhados não tinha sido aberta, como também a de uma loja, em que havia o tronco dos escravos, a qual estava entulhada de imundícies, e sem serventia.¹⁸

As casas da caldeira e da purga eram contiguas e as madeiras, pilares, paredes, e fornalhas estavam todas ameaçando ruína, assim como o estaleiro que havia na propriedade. O engenho possuía uma serra d’água que não funcionava. A casa do pilão, utilizada para pilar o arroz, também estava incapaz de ser utilizada. Na casa da caldeira ele constatou que havia falta de cobres, e o material existente não servia para o reparo das tachas. Registra que, quatro semanas após iniciar a moagem, uma tacha já estava furada e outra, no final da safra, ficou “no fundo como papel”. A casa de purgar tinha quatro quartéis, que eram utilizados para depositar as formas em tabuleiros furados para este intento, onde se purgava o açúcar. Um deles estava completamente arruinado, e os outros três ameaçavam ruína, estando quase todas as tábuas podres. O Pe. Pedro Teixeira ponderava que para fazer tabuleiros, capazes de suportar trezentas e vinte e seis formas de açúcar, teve um trabalho árduo e seria maior para a próxima safra, já que previa que a produção seria dobrada. No que dizia respeito às formas, para utilizar as trezentas e vinte e seis existentes, ele teve que reunir várias peças já danificadas, uma vez que era comum que a cada safra quebrassem algumas formas. Previa que para o período seguinte seriam necessárias de quinhentas para seiscentas formas. Dos cochos que recebiam o mel só quatro estavam adequados para serem utilizados. Estes eram pequenos e se fazia necessário a construção de outros. Na ocasião da passagem da administração da propriedade, o Pe. Manoel de Figueiredo o tentou convencer, com “sua santa sinceridade”, que havia um tanque de madeira que estava apto para receber o melado. O Pe. Pedro Teixeira constatara que isto não era verdade,

¹⁸ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 1.



uma vez que estava podre, como os demais cochos. Por este motivo é que se perdia o mel, o que exigiu que fossem feitas muitas novas bicas para correr o líquido.¹⁹

A casa do alambique era de madeira e estava adjacente a casa de purgar. Ela também estava com toda a madeira podre, cheia de buracos e com reparos mal feitos. A casa de purgar, segundo ele, “estava tão suja, e tão porca”, que não tinha palavras para descrevê-la. Conforme relatos, depois que o Pe. Luís Veloso tinha partido, ela nunca tinha sido limpa. Para realizar a limpeza levou três semanas, empregando no serviço quinze pessoas. O entulho de barro, cacos e paus era grande. O açúcar não aproveitado e o mel desprezado também formavam um atoleiro, que era comparável “a rua mais cuja e de maiores lamas de Lisboa”. A fim de ressaltar o seu trabalho, o Pe. Teixeira fez o seguinte comentário: “a todos os que conhecião a caza parece bem esta limpeza, so o *Padre Manoel de Figueiredo* lhe fez focinho”. O balcão de secar e assolar o açúcar também se encontrava todo podre. Para aquela safra, o Pe. Pedro Teixeira se remediava. Não fora possível reaparelhar o balcão porque dependia de tijolos, pedreiros e muita madeira, recursos não estavam disponíveis.²⁰

A casa do peso, onde se recolhiam as caixas, era a única que possuía uma condição aceitável, apesar de contar com uma porta “mal segura, e muito cuja e entulhada”. No local, o Pe. Teixeira encontrou “huma barrica de breu todo metido pela terra”, a qual foi aproveitada. Havia ali também “hum caixão de pregos todo comido da ferrugem, e posto em esquecimento”. Contigua a casa do peso estava a ferraria, que tinha um lanço de parede no chão. A casa de farinha não estava em boas condições e ameaçava ruína. O forno que era utilizado para o fabrico de telhas e formas, bem como alguma louça para a casa, estavam bons. O telhado que cobria o forno estava desabando.²¹

Havia ainda uma lancha, para pescaria, e uma barca, para carregar canas e lenhas, as quais estavam em boas condições de uso. As canoas que existiam serviam para utilizar naquele ano, e identificara também uma metade de sumaca que o Pe. Manoel de Figueiredo tinha feito há três anos. Os dois carros para transportar canas estavam velhos, e terminada a safra estariam incapazes de serem utilizados novamente.²²

O Engenho de Santana tinha roças de farinha, o suficiente para atender às necessidades da propriedade e para vender, caso “os escravos continuamente a não estivessem furtando”.

¹⁹ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 1v.

²⁰ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 2.

²¹ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 2.

²² *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 2.



Ressaltava que o Pe. Manoel de Figueiredo, nos vinte e sete anos que ali esteve, derrubou uma quantidade imensa de matos para realizar o plantio da mandioca, cujo rendimento constava das contas que ele remetia a Portugal. Os canaviais da propriedade eram consideráveis e tinham produzido na safra passada trezentos e vinte e seis pães de açúcar. Como já havia mencionado, para a safra seguinte a quantidade de cana plantada poderia render entre quinhentos e seiscentos pães, cuja qualidade era questionável, tendo em conta que o cuidado do Pe. Manoel de Figueiredo com as canas era pouco. No que se referia ao gado vacum foram entregues trinta cabeças distribuídos entre o Engenho de Santana e a Fazenda da Esperança. Nas terras de Getimana, que foram compradas para a pastagem do gado, estavam dezessete cabeças. Nestas terras havia também uma poldra e uma égua. Ressaltava que o Pe. Manoel de Figueiredo tinha sociedade com seu irmão de sangue, nas terras de Getimana, explicando que naquelas terras havia produção de aguardente. O Engenho de Santana possuía ainda dois cavalos.²³

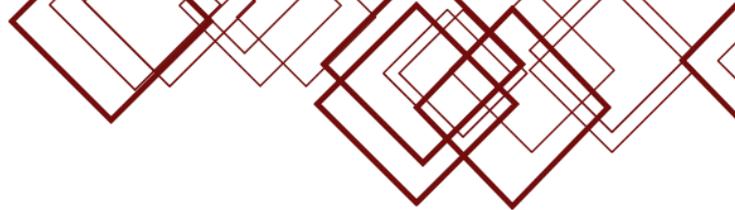
O número de escravos arrolados foi de cento e setenta e oito, sendo: vinte e seis homens casados, sessenta e seis homens solteiros, quatro homens viúvos, vinte e seis mulheres casadas, onze viúvas e quarenta e cinco mulheres solteiras, os quais foram elencados no inventário constando o nome, idade e gênero. (SCHWARTZ, 1988, p. 292) Destes aproximadamente vinte não trabalhavam por estarem velhos ou incapacitados. As crianças até doze anos eram trinta e nove, e não exerciam nenhuma função. Por decorrência, havia aproximadamente cinquenta braços para a lide do engenho. A avaliação que o Pe. Teixeira fazia da escravaria não era das melhores, destacando que havia uma certa frouxidão na administração da mão de obra. Segundo ele:

“Sao os escravos mais mal doutrinados, ladrões, desavergonhados (ispecialmente as *mulheres*) que tenho tratado dispidos do temor de *Deus* e do servil; que devem a *quem* os governa. Mas que ha de ser se a criação, e doutrina, era servirem continuamente em caza 4 raparigonas, entravão humas sahião outras, e as ultimas, *que* sahirão erão de 13-15-16 annos estas erão *cozinheiras* as que fazião a cama; e outros tantos rapagoens dormindo todos em caza, huns em huma caza, outros em outra, mas com portas abertas, de huma *para* outra sem as portas terem chave, nem fechadura, e era tanta a bondade do *Padre* que não [...] maldito costume, que *para* bondade de *Deus* que ja achei tirado hum mez antes, que viesse *para* este Engenho pelo Reverendo *Padre* Manoel Dias visitando este engenho em vizita de 14 de Junho de 1730.

E para os Moleques que servem em caza, como não tem dentro della estes conchegos, erao raras as noites, que não saltassem pelas Janellas, e fossem dormir fora e pela menhaã *quando* se abria a porta, ja estavam dentro; porque as cazas tudo são janellas, e varandas abertas, e baixas; ha bem poucos dias, quando isto escrevo, que soube destas sahidias, deilhe a todos huma formozza çurra de açoutes, veremos a emenda, que tal hê”.²⁴

²³ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 2v.

²⁴ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 3.



O Pe. Teixeira entendia que durante muito tempo preponderou costumes inadequados entre os escravos. Enfatizava que o número de casamentos tinha sido reduzido até aquele momento, pois o Pe. Manoel de Figueiredo defendia “a unhas, e dentes a oppinião de os não cazar em vinte e sete de assitencias só fez trinta e quatro recebimentos”, sendo a maioria entre idosos. Durante a administração do Pe. Luís Veloso, que durou dez anos, foram celebradas trinta uniões matrimoniais. Por conseguinte, o que se constatava era que quase todos estavam amancebados e não desejavam procriar, por vezes, aqueles que nasciam eram mortos pelos pais para não serem criados. Preocupado com este comportamento, o Pe. Teixeira fez várias doutrinas, práticas e admoestações em público e particular para “deixarem de mau estado, e cazarem”, lembrando que “fallar-lhe em cazar, he fallar-lhe no Diabo, alguns, que tinha ajustado o mesmo Diabo parece os desfez”. Desde a sua chegada, em julho de 1730, até julho de 1731 nasceram três crianças de mulheres solteiras e outras três crianças de mulheres casadas. Das seis que nasceram duas morreram e estavam sendo criadas quatro. (SCHWARTZ,1988, p. 300)

No que dizia respeito ao dinheiro, o Pe. Manoel de Figueiredo fez constar no inventário que deviam ao Engenho de Santana 12\$640 réis, cobráveis imediatamente, e 591\$330 a longo prazo. Além disso, registrava que a propriedade devia a vários credores o valor de 273\$350 réis.²⁵

100

A propriedade contava com um carpinteiro e dois aprendizes deste ofício, dois ferreiros, que serviam a um mestre branco, um oleiro, dois calafates, dois caldeiros, quatro tacheiros, um pedreiro e dois barbeiros. Contudo, salienta que nem todos exerciam suas funções. Um dos caldeiros era velho, e segundo ele: “ja nao presta para nada”. Dois dos tacheiros se encontravam na mesma situação. Em relação ao pedreiro afirmava que este “não sabe nada, mas he o que bem, ou mal tapa os buracos”.²⁶

Do inventário elaborado pelo Pe. Pedro Teixeira não constava apenas o levantamento do patrimônio existente. Na segunda parte do relatório, ele descreveu as obras que empreendera desde a sua chegada. Tinha feito uma fornada de cal e concertado o telhado, que cobria o forno, onde era feito o cozimento das telhas.²⁷ Esta obra o tinha permitido produzir: formas, alguidares, tijolos, tachas e louças para as necessidades do engenho. Também reconstruía o engenho da serra de água e a roda do pilão de arroz. Fizera os reparos necessários no estaleiro

²⁵ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 3.

²⁶ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 4v.

²⁷ *CJ*, Maço 15, no. 26.



para este funcionar condignamente. A casa de purgar recebeu rearranjos e foi provida de duas tábuas com furos para as formas, além de cinco novos cochos para receber o mel. O Pe. Teixeira também fez duas canoas pequenas, um carro de boi e novas rodas para dois carros velhos, bem como um tronco para prender os escravos. Para garantir, a produção de açúcar na casa das caldeiras, foram feitos fundos novos para as duas tachas, e novos instrumentos como espumadeiras, batedeiras etc. Foi erguido também um cais para maior conveniência da carga e descarga das lenhas, canas e do açúcar encaixotado.²⁸

O Pe. Pedro Teixeira registrou o impacto causado pela descoberta das minas de ouro na região de Minas Gerais, dizendo que já não havia lavradores de canas e a população era reduzida, logo o consumo de açúcar, mel e aguardente era pequeno. Lamentava que naquele ano, apesar da sua diligência, conseguira obter apenas 200 réis com a venda da aguardente. Além disso, as condições climáticas da terra não permitiam conservar uma pipa para que esta fosse enviada para fora, pois logo lhe dava a broca e não havia tanoeiro que fizesse novas pipas.²⁹ A sua avaliação sobre a situação e as terras era desanimadora. Sem receio de ser reprovado dizia:

101

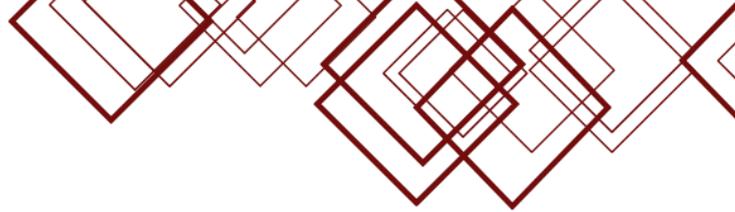
“Isto ja deu o que havia de dar, as vezinhanças, aos Rios tudo esta ja cansado, as terras de cana a maior parte estão cansadas e estas só se podem plantar nas vezinhanças do Rio para a sua Condução para o Engenho e tem tantos inimigos para a sua conservação, quantos são os escravos, que me vejo doudo vendo os continuos furtos, e destruição que continuamente fazem assim nas canas, como nas roças que nos não deixão a *terça parte* dellas, e só da mão de Deus lhe pode vir remedio, que eu lho não hacho”.³⁰

Além disso, a fauna tropical também dava seu contributo para agravar a situação. Registrava que o número de capivaras era grande e faziam muita destruição nas plantações. Relata ainda que tinha plantado mais canas-de-açúcar, porém, a seca não permitira que esta vingasse, nem a cana velha que existia. A obtenção de lenhas para o fabrico do açúcar estava cada vez mais difícil, já que os matos para as obter estavam longe do rio. Em tom de pesar, desabafava, dizendo que o engenho era: “symbolo de homem pobre a tudo topa, e com nada medra”. No que dizia respeito à farinha de mandioca, mencionava que lavrava muita para uso na casa e para vender, entretanto os escravos roubavam as plantações. Ele tinha plantado roças que poderiam render aproximadamente setecentos alqueires de farinha, mas devido aos furtos não chegaria a cem alqueires. O seu esforço também se voltou para plantar arroz, mas a seca e

²⁸ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 5.

²⁹ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 5.

³⁰ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 5v.



as largatas impediram que a produção fosse expressiva.³¹ Ponderava que não via chances de melhorar a qualidade do açúcar por ser o mestre já velho. O Pe. Pedro Teixeira procurava por um novo oficial, mas nenhum pretendente desejava vir para o Engenho de Santana e deixar a sua casa e terra natal. Aqueles que se prontificaram a ir queriam pelos menos 100\$ réis de soldada, valor que não era possível de ser pago. Tinha ciência que o ofício era duro e a lida com os escravos complicada, pois os escravos “tudo fazem como quem o faz ao Diabo”. Impotente, ele fazia apelo às forças divinas: “eu lhe não posso por nem fazer mais diligencia da que lhe pus, e fiz o anno passado de Deos lhe venha o remédio”.³² Ele registrava ainda que havia uma lancha que era utilizada na pescaria, estando sete ou oito escravos continuamente ocupados nela. Os enfados eram enormes e o resultado píffio. Por vezes, a embarcação retornava sem peixe para pagar os gastos. Mediante tal conjuntura, o religioso revela uma possível saída para as dificuldades que enfrentava. Aconselhava que se consultasse o Pe. Luís Veloso, que administrava o Engenho de Sergipe do Conde, para verificar a existência de terras no entorno desta propriedade, que rendesse de setecentos a oitocentos pães de açúcar, que era o máximo que o Engenho de Santana poderia vir a produzir. Caso existissem terras, ele julgava melhor passar a maior parte dos escravos para aquele local, a fim de que estes lavrassem as canas e produzissem o açúcar. Uma parcela menor de escravos ficaria no Engenho de Santana, os quais se dedicariam a produção de farinhas, arroz e feijão que poderiam ser comercializados na Bahia, como também alguma madeira. Com esta medida, se evitavam muitos gastos e era possível fazer farinha no período correto, e produzir-se-ia açúcar de melhor qualidade. Precavido dizia: “Dou ou insinuo o arbitrio, mas não me offereço para executor delle”.³³

Em 12 de fevereiro de 1731, o Pe. Pedro Teixeira redige uma carta de apelo ao padre reitor Gaspar de Faria. Dizia que “mais morto do que vivo” estava decidido a ir aos pés deste para “representar-lhe as muitas moléstias, aflições e penas” com que se achava. Não agira desta maneira, por o Pe. Manoel de Figueiredo ir embora, pois ele era “a maior causa delas”. Não obstante, ficara “hum companheiro, ou para melhor dizer hum inimigo que he o Irmão António de Figueyredo, cuja a assistência neste Engenho, não é conveniente a serviço de Deos, da Religião e credito dela”. As causas disto eram muitas e tão graves que não tinha condições de narrá-las, já que tinha passado vinte dias acamado, além disso, tinha receio de enviar a carta por mãos alheias, antevendo que elas não pudessem chegar ao destinatário. Pedia, ou melhor

³¹ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 5v.

³² *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 6.

³³ *CJ*, maço 15, no. 23, fl. 6.



dizendo, implorava “com lagrimas nos olhos per viscera Jesus Cristo” que o aliviasse da presença do Irmão António de Figueiredo e o mandasse para o Colégio da Bahia, com preceito de obediência, já que ele não se submetia às suas determinações.³⁴

O Pe. Teixeira revela que tinha medo da trama que se formara com sua ida para o Engenho de Santana. Em tom de aconselhamento, ressaltava ao Pe. Gaspar Faria que “nem por sonhos ô saiba o *Padre* Manoel de Figueiredo que elle em parte tem grande culpa deste Irmão estar e viver tão insolente como vive”. Aproveitava para dizer que de nenhuma maneira ele concedesse licença ao Pe. Manoel de Figueiredo para retornar ao Engenho de Santana, mesmo que soubesse que ele, Pe. Pedro Teixeira, estivesse morto, uma vez que considerava que o regresso daquele religioso não era conveniente ao Engenho. Acabara de assumir o posto, mas desejava que viesse alguém para seu sucessor e que as notícias que enviava chegassem rapidamente ao Colégio de Santo Antão, em especial ao Pe. Simão Esteves.³⁵

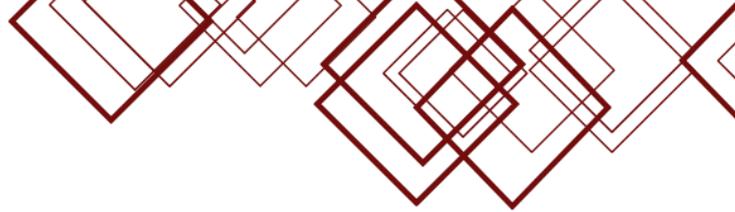
Em meados de junho, o Pe. Pedro Teixeira escreveu ao Pe. Simão Esteves relatando que a sua chegada ao Engenho de Santana tinha sido “muito custoza ao Padre Manoel de Figueiredo e a seu Irmão, e a toda a sua família que he bem numerosa”. O Pe. Figueiredo partira para a Bahia no dia 10 de fevereiro daquele ano, e sua saída deu ensejo para escrever “largas páginas”. Contudo, refletiu e as penas que ele, Pe. Teixeira, sofreu oferecia a Deus, e preferia omitir o registro dos padecimentos. Nos seis meses que permaneceu na propriedade, já tendo feito a entrega da casa, o Pe. Figueiredo nunca assistiu nela “8 dias contínuos”. A maior parte do tempo ficou nas terras de Getimana, que tinha comprado “mais para conveniência do seu irmão”, do que da Companhia de Jesus. O irmão biológico do Pe. Figueiredo morava naquela fazenda há quatro anos, e conforme o Pe. Teixeira pudera constatar algumas anomalias aconteciam. O Pe. Figueiredo tinha consigo dois escravos para o servir, fora outros três que ficavam naquela propriedade as suas ordens.³⁶

Interpelado pelo Pe. Teixeira, porque permanecia tanto tempo na Getimana, o Pe. Figueiredo deu “disculpa *para* estas suas idas, e vindas, que tinha escrupulo de estar aqui, que não queria sucedese alguma couza, e lho imputase a elle: esta couza, era fugirem me os escravos”. Esta resposta não o aquietou, e novos impasses surgiram. No princípio o Pe. Teixeira aceitou como feitor um homem que já havia trabalhado para o Pe. Figueiredo. Ao recontratá-lo os escravos se amotinaram, dizendo que não o aceitavam. O Pe. Teixeira acomodou os escravos,

³⁴ *CJ*, maço 70, no. 147.

³⁵ *CJ*, maço 70, no. 147.

³⁶ *CJ*, maço 68, no. 343, fl. 1.



dizendo “boas palavras”, que segundo ele: “Deus lhe ditara”. O fato mais espantoso era que o Pe. Figueiredo se fez de “mudo sem lhes dizer nada, e estando os ainda governando”. Na sequência correram boatos que os escravos fugiriam e não iriam para muito longe, eles ficariam nas vizinhanças para se aproveitarem das roças “para as destruírem e comerem, como derão principio a isso”. Esta rebeldia teria sido insuflada por “indução do irmão do Padre (se foi assim Deos sabe)”. Enquanto isso, o Pe. Figueiredo dizia aos escravos para não se revoltarem “emquanto elle aqui estivesse por-lhe não imputar a elle”. Conforme pudera apurar, um escravo teria solicitado a um secular para que este escrevesse uma carta para o Padre Provincial, mencionando que os escravos não queriam o Pe. Pedro Teixeira e que exigiam a continuidade da administração do Pe. Figueiredo. O secular se recusou a redigir tal missiva. Concomitantemente, o Pe. Teixeira foi avisado, em detalhes, por outro escravo da casa sobre o que estava acontecendo. Sem demonstrar que tinha dado crédito ou não ao escravo, o Pe. Teixeira guardou segredo do que sabia. No trato com a escravaria ele percebera que a maioria não lhe dava obediência, principalmente as mulheres. A tática para resolver esta situação foi levar por “brandura sofrendo-lhe muito e castigando muito pouco”. Caso não agisse dessa maneira, estaria perdido. Confessava que sentira medo, e não se atreveu a castigá-los, apesar dos desaforos que faziam, chegando a afirmar que: “desconfiei da minha vida, vendo-me com tanta lida, e achando-me só em tudo”. A única coisa que lhe restava era orar e pedir a intercessão de Santana e das Almas. Felizmente, apenas um escravo escapuliu, o qual mandou prender e vender em Salvador. Após a partida do Pe. Figueiredo, ele foi melhorando de saúde e passou a agir com maior rigor.³⁷

O Ir. João Dias, que estava velho e achacado, durante a administração do Pe. Manoel de Figueiredo, possuía as chaves da casa. Depois da chegada do Pe. Teixeira, ele se recusou a ficar com as ditas chaves e não desejava mais trabalhar. O Ir. João Dias teria dito nas “barbas” do Pe. Teixeira que: “ao Padre Manoel de Figueiredo faria isto, e serviria toda a sua vida, mas a mim, *que* não queria queixando-se muito de mim por lhe dizerem pedira esta boa tença”. O comportamento do Ir. João Dias, naquele momento, era o de permanecer no seu cubículo, compondo versos, e só aparecia as horas de comer. No período da tarde fazia os seus passeios. Não escondendo a sua indignação, o Pe. Teixeira afirmava que este Irmão se prezava:

“de boticario, e de *grande* medico, mas as suas curas, são como as do Diabo, tudo cura, e nada cura, e tudo do seu cubiculo, as suas purgas, são quintilio, que serve *para* todo genero de achaques a mim me deu huma purga, *que* me vi morto com ella, a cada

³⁷ *CJ*, maço 68, no. 343, fls. 1-1v.



canto, e armarios de caza, se hacha huma botica vinda do Reino e tudo pobre

Tem huma condição de huma fera, não sei *quando* o tenho pelos pés nem pela cabeça; se lhe faltarão a qualquer pontozinho de seu gosto, quer seja branco, quer preto durão os exercicios mezes, e se he escravo, ainda que o veja morrer, não lhe ha de aplicar nada, corre com elles, queixão-se me a mim, não posso remediar nada, nem lhe digo nada”.³⁸

Esta conduta do Ir. João Dias já acontecia na época da gestão do Pe. Manoel de Figueiredo, mas este nunca fez nada para corrigi-lo. O motivo era que aquele religioso não se pronunciava sobre os desvios praticados pelo Pe. Figueiredo. Enfim, o Pe. Teixeira dizia que tratava o Ir. João Dias com “o melhor geyto, e carinho”, desejando muito ter paz com ele, mas reconhecia que era “hum pedaço de cruz bem pezado”. Relata que no momento da saída do Pe. Manoel Figueiredo, o Irmão parecia:

“hum homem doudo bramando, e urrando, que cuidei arrebetava, foi-me necessário abraça-lo, e afaga-lo pondo-lhe a mão pela cara, como se fosse hum menino, queixando-se da Religião por tirarem de cá o *Padre* tendo servido tantos annos, sendo que devemos dar graças a *Deos* de nos aliviarem deste trafego, e Galés *para* aprendermos a morrer na Villa e gritando em altas vozes, que se queria ir *para* a *Bahia* e me disse varias vezes fas diligencias por isso”.³⁹

105

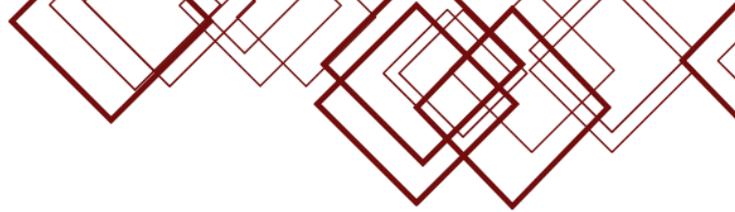
Outra medida que o Pe. Pedro Teixeira teve que tomar foi o de negociar com o Pe. Luís Veloso, que administrava o Engenho de Sergipe do Conde, a troca do Ir. António de Figueiredo, que assistia no Engenho de Santana, pelo Ir. Matheus de Souza. A mudança, até aquele momento, não tinha ocorrido. Por decorrência, solicitava ao Pe. Simão Esteves que enviasse um novo companheiro, e que se preparasse para, em breve, mandar um substituto para o ele, Pe. Pedro Teixeira. Dizia que bastava por penitência três anos, pois não aguentaria por mais tempo, “nem para o espiritual, nem para o temporal”.⁴⁰ Dava demonstrações de não aguentar mais a situação insustentável que se encontrava. O religioso teria ainda que enfrentar outros dissabores, evidenciando os desafios que um religioso jesuíta tinha que enfrentar na administração de um engenho.

Em suma, pode-se destacar que os documentos comprovam a existência de um sistema rígido de controle no Engenho de Santana dos Ilhéus, que quantificava a produção e o montante obtido com a venda, dependendo da acuidade de cada administrador. Estes registros do cotidiano da produção, bem como de prestação de contas de cada safra, em especial da primeira metade do século XVIII, evidenciam o controle e a fiscalização feitos pelos padres superiores da Província de Portugal sobre suas propriedades, o que era vital para o funcionamento do

³⁸ *CJ*, maço 68, no. 343, fl. 2.

³⁹ *CJ*, maço 68, no. 343, fl. 2.

⁴⁰ *CJ*, maço 68, no. 343, fl. 2.



Colégio de Santo Antônio, proprietário do Engenho de Santana. Os bons resultados, em alguns períodos, evidenciam que a propriedade poderia gerar lucro, mas ficava dependente de um mercado oscilante e de outros fatores externos, que acabavam por comprometer os rendimentos. Além disso, as relações pouco harmoniosas entre alguns religiosos, o favorecimento de parentes, o desregramento no comportamento moral e o desrespeito a hierarquia acabaram por influenciar, de maneira negativa, nos resultados que poderiam ter sido mais favoráveis. No que tange ao Engenho de Santana é possível afirmar que este enfrentava dificuldades, na primeira metade do século XVIII, devido a má gestão de alguns administradores, o esgotamento dos canaviais, as variações do preço do açúcar, o crescimento da exploração aurífera, dentre outros fatores. Apesar da propriedade produzir gêneros alimentícios, o resultado com a venda destes produtos não era suficiente para atender às necessidades da administração da propriedade e do Colégio de Santo Antônio. Apesar das terras serem de boa qualidade para diferentes cultivos, a propriedade ficava distante da cidade de Salvador, o que impunha gastos com o transporte, o qual ficava sujeito ao regime de monções. Deve-se acrescentar que os relatos sugerem o aumento da indisciplina dos escravos e a falta de recursos para a compra de novos braços para a lavoura. Esta somatória de fatores fez com que a propriedade operasse em déficit. Estas informações nos são fornecidas por uma massa documental importante que pode dar ensejo a outros estudos sobre a presença jesuítica em Portugal e no seu império ultramarino.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

- Cartório Jesuítico, maços: 15, 54, 68, 69, 70, 71

Biblioteca Nacional do Brasil

- Documentos Históricos da Biblioteca Nacional - correspondência dos governadores gerais 1705-1711. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938, vol. LXI, p. 276.

- "Ordem que levou o Capitão da Conquista do Gentio bárbaro, José Duarte Pereira", 26.01.1733. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1947, vol. LXXV, pp. 133-134.

•

Referências bibliográficas



ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. *Colonial Comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*. Salvador: UFBA, 2009.

AMANTINO, Márcia; FLECK, Eliane C. D. e ENGEMANN, Carlos (orgs.) *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

ANTONIL, André João S. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos – o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.

BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2004.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus/BA: Editus, 2006.

CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DIÉGUES Junior, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2006.

107

DUGUAY-TROUIN, René. *Memórias do Senhor Duguay de Trouin*. Brasília: UNB, 2003.

DUGUAY-TROUIN, René. *O Corsário – uma Invasão Francesa do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

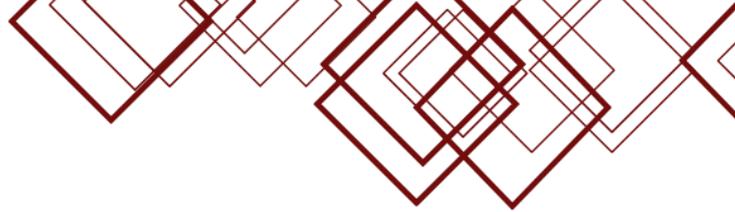
FERLINI, Vera Lúcia Amaral. "Estrutura agrária e relações de poder em sociedades escravista: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidade econômicas no período colonial". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 11, no. 22, 1991, p. 35-47.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos Engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

LEITE, Serafim, S. J. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil 1549-1760*. Braga: Livraria A. I., 1993.

MAXWELL, Keneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.



PARAÍSO, Maria Hilda B. “Revolta indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602)”. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, vol. 16, no. 24, 2015, p. 103-123.

PINHO, José Wanderley de Araújo. *História de um Engenho do Recôncavo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

PRIORE, Mary del e VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.

RUSSELL-WOOD, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, Fabricio Lyrio. “A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2008, vol. 28, no. 55, p. 171-195.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru/São Paulo: Edusc, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.). *Nova história da expansão portuguesa - O império Luso Brasileiro: 1620-1750*. Lisboa: Estampa, 1991.

108

SILVA, Abílio Diniz; FARIA, Ana Leal; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque*. Lisboa: BNP, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.